

Revista Brasileira de Enfermagem



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution NonCommercial, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado (CC BY NC 3.0) Fonte:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71671982000100060&lng=en&nrm=iso. Acesso em 16 nov. 2017.

REFERÊNCIA

WRIGHT, Maria da Glória Miotto; PAIM, Lygia; RODRIGUES, Kazue Horigoshi. Desenvolvimento do ensino superior de enfermagem na região Centro-Oeste - indicadores de qualidade para cursos de graduação. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, v. 35, n. 1, p. 60-73, jan./mar. 1982. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71671982000100060&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 nov. 2017. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-716719820001000007>.

EDUCAÇÃO A SERVIÇO DA ENFERMAGEM
**DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR DE
ENFERMAGEM NA REGIÃO CENTRO-OESTE
— INDICADORES DE QUALIDADE
PARA CURSOS DE GRADUAÇÃO**

Maria da Glória Miotto Wright *
Lygia Paim **
Kazue Horigoshi Rodrigues ***

ReBEn/06

WRIGHT, M.G.M. e Colaboradoras — Desenvolvimento do Ensino Superior de Enfermagem na Região Centro-Oeste — Indicadores de Qualidade para Cursos de Graduação. *Rev. Bras. Enf.*; DF, 35 : 60-73. 1982.

1. INTRODUÇÃO

Em 1975, o então Departamento de Assuntos Universitários do Ministério de Educação e Cultura (DAU/MEC) de posse do dado de que a Enfermagem era o curso que menos crescia no País, resolveu elaborar um documento da Área de Enfermagem, no qual se identificassem alguns dos bloqueios e sugerisse medidas de superação do problema.

A partir deste documento, foi realizado um plano de trabalho para a implementação de sugestões e recomendações. Foi então que uma Assessoria de Enfermagem foi instituída no DAU/MEC e um plano de atividades proposto. Entre os componentes do plano, ficou es-

tabelecido um levantamento da situação dos cursos de Graduação em Enfermagem no País, tomando-se 1975 como ano-base.

Existiam naquela ocasião 41 cursos de graduação em funcionamento. Deixaram de ser incluídos nesse levantamento os cursos que tiveram a sua criação em 1975, bem como aqueles que não tinham formado nenhuma turma de Enfermeiros, até o ano-base referido. Deste modo, os da UFGO, UFMT e UnB, objetos do presente estudo, deixaram de fazer parte daquele levantamento do DAU/MEC.

No levantamento, foi esboçada a situação dos cursos de Enfermagem num quadro que foi denominado "Padrão de

* Coordenadora do Curso de Enfermagem da UnB.

** Técnico em Desenvolvimento Científico — Coordenação de Saúde Pública — Superintendência de Desenvolvimento Social — CNPq.

*** Professor Colaborador 2 — Disciplina de Enfermagem Pediátrica e Estágio.

Cursos de Enfermagem de 1975”, não sendo entendido como um “modelo” ou referência ideal, por se constituir apenas num perfil médio dos cursos existentes em 1975.

O Quadro Padrão-75 considerou os seguintes componentes:

- 1) Características físicas, administrativas e pedagógicas dos cursos de Enfermagem disponíveis.
- 2) Características reais das escolas de Enfermagem, pessoal discente e docente.
- 3) Técnicas e recursos de ensino.
- 4) Características de laboratórios de ensino.

Para a determinação de um “Modelo do Curso de Enfermagem”, seria necessário estabelecer critérios para definir o “perfil” médio dos cursos de Enfermagem reconhecidos como satisfatórios¹.

Com a finalidade de avançar no estudo e, mais tarde, definir o perfil médio dos cursos de Enfermagem satisfatórios, o Grupo Setorial de Saúde, através da Assessoria e Consultores da Comunidade de Enfermagem, elaborou um documento de uso interno sobre “Requisitos mínimos para a criação de um curso de Graduação em Enfermagem”, o qual serviu de referência para o apoio técnico à implantação dos cursos mais recentes instituídos na área de graduação em Enfermagem.

Baseados também em outro documento², esboçamos neste trabalho a situação dos cursos de Enfermagem na Região Centro-Oeste face aos supostos indicadores de qualidade nele contidos

e buscamos alguma revisão dos resultados face ao já mencionado “Padrão-1975”.

2. JUSTIFICATIVA

Atendendo às recomendações do primeiro grupo de trabalho composto de Representantes da Comunidade de Enfermagem², o DAU/MEC estimulou a criação de cursos de Graduação em Enfermagem em Universidades Federais onde esses cursos não existiam.

Dentre os novos cursos, três deles se situam nas três Universidades Federais da Região Centro-Oeste. São os cursos de Enfermagem da UnB, UFGO e UFMt. A época em que estes três cursos foram criados na Região Centro-Oeste, estava em funcionamento apenas um curso de Graduação em Enfermagem nessa região.

Considerando-se que os novos cursos foram criados dentro de uma nova proposta de sistema de saúde em implantação no País, e tendo em vista que a decisão em criar tais cursos implica em igual responsabilidade em acompanhá-los no interesse de sua consolidação, buscou-se obter resposta a algumas indagações de ordem qualitativa, no esforço de explicitar alguns indicadores de desenvolvimento desses cursos de Enfermagem da Região Centro-Oeste.

Para tanto, foram componentes do instrumento, os requisitos mínimos contidos no Documento DAU/MEC/GSS³.

O citado documento contém os 15 itens a seguir explicitados:

- 1) Identificação de necessidades sociais para a sua criação e de-

¹ Documento DAU/MEC — Desenvolvimento do Ensino Superior de Enfermagem.

² Resultados do Grupo de Trabalho designado pelas portarias números 134/75; 138/75 e 149/75 do Senhor Diretor-Geral do DAU/MEC. Assinado pelas professoras Maria Dolores Linas de Andrade (UFRJ), Maria Rosa de Souza Pinheiro (USP) e Maria Nilda Andrade (UFPe).

³ Doc. DAU/MEC/GSS — Requisitos mínimos para criação de um curso de Graduação em Enfermagem.

- 1) Definição de seus objetivos e metas.
- 2) Continuidade do curso assegurada pela entidade mantenedora.
- 3) Posição do curso igual a seus pares na estrutura da entidade a que pertence.
- 4) Demonstração de viabilidade financeira e possibilidades de expansão.
- 5) Proposta de estrutura de currículo pleno (além do Mínimo CFE).
- 6) Proposta explícita de dinâmica curricular.
- 7) Fixação de Corpo Docente de Enfermagem (docentes/enfermeiros).
- 8) Previsão de condições e requisitos para o seu corpo docente.
- 9) Determinação de relação numérica máxima entre professores e alunos.
- 10) Indicação da área física e instalações mínimas para o funcionamento regular do curso.
- 11) Existência de biblioteca para o ensino na área de Saúde, e especificamente para funcionamento de programas de Enfermagem.
- 12) Disponibilidade de recursos instrucionais audiovisuais para o desenvolvimento curricular.
- 13) Articulação com campos de prática diversificados (Postos, Centros de Saúde, Hospitais) assegurada com instrumento legal.
- 14) Definição do sistema de avaliação dos alunos e sistema de avaliação dos resultados de funcionamento do próprio Curso com base nos objetivos e metas propostas.
- 15) Planejamento de educação continuada de seu corpo docente.

3. MATERIAL E MÉTODO

3.1. Amostra Populacional

Foram admitidos na amostra os 3 cursos de Graduação em Enfermagem em funcionamento na Região Centro-Oeste em 1981.

3.2. Instrumento

Foi elaborado um questionário composto de 10 conjuntos de informações relativas ao Ensino Superior de Enfermagem, baseados no documento sobre os "Requisitos mínimos para o curso de Enfermagem de nível Superior". Os conjuntos explorados foram os seguintes:

- identificação;
- informação estatística: entradas e saídas de alunos;
- facilidade de ensino: instalações;
- plano curricular;
- plano de ensino;
- biblioteca;
- laboratório;
- aspectos financeiros da instituição;
- pós-graduação;
- recursos e técnicas.

3.3. Metodologia

Os questionários foram enviados pelo correio juntamente com o envelope selado e data pré-estabelecida para devolução dos mesmos.

Os dados obtidos foram comparados com:

- "Requisitos mínimos para curso de Enfermagem de Nível Superior".
- Quadro "Padrão-75".

— Situação do curso de Enfermagem existente na Região Centro-Oeste antes de 1975.

Três dos cursos de Enfermagem pesquisados informaram que na época de sua criação foi realizado levantamento das necessidades do mercado, apenas um estudou a demanda em potencial e nenhum dos cursos fez referência ao potencial de absorção dos enfermeiros que formaria.

4. RESULTADOS OBTIDOS

4.1. O Curso de Enfermagem identifica as necessidades sociais para sua criação e define seus objetivos e metas?

UNIVERSIDADES	NECESSIDADE DO MERCADO	DEMANDA EM POTENCIAL
1	X	X
2	X	X
3	X	-

Ilustração 1. Necessidades sociais/objetivos e metas.

Ao ser criado um novo curso, o sistema formador tem mostrado pouca ou quase nenhuma relação com o sistema utilizador. Os órgãos formadores estão sobretudo preocupados com a criação do curso em si, e não tão sensível ao potencial do mercado de trabalho na absorção dos formandos. Mesmo assim, mostraram alguma preocupação em levantamento de necessidade de mercado, o que também, nem sempre, corresponde necessariamente a capacidade de absorção dos enfermeiros por este mesmo mercado. Certamente este é um fato

pele qual passam todos os cursos de Enfermagem do País, de vez que o currículo se propõe a formar Enfermeiro sem esta preocupação dominante de localizá-lo numa única região.

4.2. O Curso de Enfermagem está assegurado quanto a sua continuidade dentro dos objetivos da entidade mantenedora?

Todos os três cursos possuem documentos legais que atestam sua compatibilidade com as metas e objetivos da entidade mantenedora.

UNIVERSIDADE	TIPO/DOCUMENTO LEGAL	
	ESTATUTO E REGIMENTO GERAL	ATO DO CONSELHO DIRETOR
1	X	-
2	*	*
3	-	-

Ilustração II. Objetivos/Entidade Mantenedora.

* Não respondeu

Um deles indica a determinação em Estatuto e Regimento Geral. Um outro ainda não os possui e continua a ter como referência o ato legal do Conselho Diretor da Universidade. Um terceiro não mencionou qual o documento legal. A inexistência dos documentos apropriados ao andamento dos cursos pode expressar mais um bloqueio que uma facilidade para sua organização e funcionamento. Como nenhum destes cursos foi criado a menos de 4 anos, é de se esperar que no mínimo estes documentos estejam sendo elaborados. O aceleramento deste processo deve contribuir para maior autonomia dos respectivos cursos.

4.3. O Curso de Enfermagem ocupa posição igual a seus pares na estrutura da entidade a que pertence?

Dois deles já se constituem em cursos específicos dentro de um Departamento de Enfermagem. Única exceção é um Curso de Enfermagem que está localizado dentro de um Departamento de Medicina Geral e Comunitária. Dos Departamentos de Enfermagem, um deles engloba também o curso de Nutrição, o que ainda que se compreenda como medida transitória por economia

de custos, se reflete em dificuldades de autonomia para ambos.

Quanto à chefia, os Departamentos de Enfermagem contam com chefia de docente/enfermeiro, designado por portaria ou outro documento legal. Onde não foi constituído um Departamento específico de Enfermagem pelo menos a Coordenação do Curso é exercida por um docente-enfermeiro designado também por um documento legal.

O fato de que todos os cursos examinados têm a liderança de docente-enfermeiro feita por indicação baseada em ato legal, expressa que as iniciativas já empreendidas ou as dificuldades ainda existentes dependem, para sua resolução, principalmente, dessas lideranças.

Em dois dos cursos, a posição administrativa é a mesma de outros cursos da instituição (Chefias de Departamento). No terceiro, a proposta é de tornar-se Departamento, no mais breve tempo possível.

Além disso, verificou-se que nas 3 instituições existe uma portaria ou ato oficial designando docente-enfermeiro em grupos decisórios: comissões multidisciplinares; representação em colegiados, tais como: Conselho de Ensino e Pesquisa e ainda grupos de trabalho em assessoria.

UNIVERSIDADE	DEPARTAMENTO DE ENFERMAGEM	CHEFIADO POR DOCENTE-ENFERMEIRO	DOCENTE/ENFERMEIRO EM CARGOS DECISÓRIOS	
1	-	X		X
2	X	X		X
3	X	X		X

Ilustração III. Posição na estrutura.

Portanto, a participação em grupos decisórios é mencionada em todos os cursos examinados, alguns em colegiados de ensino e pesquisa e outros em comissões assessoras destes grupos. De toda forma a participação está assegurada, e o acesso às decisões é consequência deste posicionamento.

Verificou-se também que todas as instituições dispõem do seguinte pessoal administrativo não específico para o curso de Enfermagem: secretária, datilógrafo, arquivista, almoxarife e outros.

O pessoal administrativo não ser específico é compreensível dentro de cursos que ainda não se estruturam como grandes cursos na Universidade; por outro lado, mesmo os cursos mais antigos e maiores, têm muitas vezes esta mesma

situação a título de medida racionalizadora, muito estimulada a partir da reforma Universitária.

4.4. O Curso de Enfermagem demonstra viabilidade financeira para suas necessidades e registra possibilidades de expansão?

Quanto à subordinação administrativo-financeira, a amostra constou de três instituições federais, uma delas caracterizada como uma fundação.

Quanto à alocação de verbas, duas instituições responderam que possuem verbas para o curso de Enfermagem e a decisão para distribuição desta verba é a nível de Departamento. Uma instituição referiu não possuir verbas.

ADMINISTRATIVO/ FINANCEIRA	ANO DE CRIAÇÃO	Nº ABSOLUTO	%
Universidade Federal	1976	2	75%
Fundação			
Universidade Federal	1975	1	25%

Ilustração IV. Viabilidade Financeira

Acrescente-se a todo este quadro a informação de que dois dos cursos contam com alocação de recursos financeiros e um deles omitiu este tipo de informação. Também nesse sentido, por menor que seja a verba recebida, isto insinua algum grau de autonomia. O avanço destes cursos deverá ser indicado também pela quantidade de verba a eles destinada, desde que esteja comprometida previamente a sua utilização, por instrumento técnico, ou seja, apresentada, discutida e avaliada em orçamentos-programa as rubricas de receitas e despesas dos referidos cursos.

4.5. O Curso de Enfermagem apresenta proposta de estrutura de currículo

pleno, tendo em vista o currículo mínimo instituído pelo Conselho Federal de Educação (CFE), com disciplinas complementares ao atendimento das peculiaridades de saúde da região e necessidades de aluno.

As três instituições apresentam estrutura de currículo pleno.

Uma das instituições informou que seu currículo já sofreu alterações no que se refere a mudanças de pré-requisitos e número de créditos; as demais ainda não fizeram qualquer tipo de alteração, mas pretendem algumas, tais como: aumentar carga horária, incluir novas disciplinas e estender o curso para 4 anos.

INSTITUIÇÕES	CURRÍCULO PLENO	ALTERAÇÃO/ALTERAÇÃO FEITA		ALTERAÇÃO PRETENDIDA: AUMENTAR				
		SIM	NÃO	PRÉ-REQUISITO	Nº CRÉDITOS	CRÉDITOS	DISCIPLINA	PERÍODO LETIVO
1	X	X		X	X	-	-	-
2	X		X	-	-	-	-	-
3	X		X	-	-	X	X	X

Ilustração V. Estrutura curricular.

Quanto ao currículo, todas as instituições, ainda que por obrigatoriedade, cumpram o currículo mínimo, referem à necessidade de novas formas de funcionamento curricular, todas tendem a uma mudança de formas de funcionamento, o que vem traduzindo, de algum modo, uma inquietação mais geral na área de enfermagem quando se examina cursos de outras regiões e movimentos da classe neste sentido.

Todos os cursos compõem o seu currículo pleno com disciplinas mais ligadas à iniciação, à pesquisa. É de se notar que dentre as complementares, os métodos e técnicas voltados para a pesquisa aplicada à enfermagem foram disciplina indicada em dois entre os três examinados. Um curso foi omissos quanto a este item.

Supõe-se pelas iniciativas de outros cursos, de associações, de estudo produzido pela Comissão de Especialistas do Ensino de Enfermagem do MEC (exis-

tente até abril/81) que é preciso considerar no currículo de Graduação em Enfermagem a iniciação em pesquisa como um indicador de qualidade na formação de enfermeiros.

4.6. O Curso de Enfermagem explicita a dinâmica curricular proposta.

Todos os cursos apresentam programas de ensino com enfoque disciplinar constituído de: ementa, objetivos, conteúdo programático, cronograma e previsão de avaliação.

Todos os cursos evoluíram sem interrupção, sendo que dois deles oferecem 1 exame vestibular por semestre e um deles o exame vestibular é anual.

Em todos os cursos, o desenvolvimento se dá em turnos diurnos.

Quanto à duração, dois apresentam 4 períodos acadêmicos (4 anos) em 8 períodos letivos; e um deles apresenta 3 períodos acadêmicos (3 anos) em 6 períodos letivos.

UNIVERSIDADE	EVOLUÇÃO SEM INTERRUPTÃO	VESTIBULAR		TURNOS DIURNOS	DURAÇÃO	
		SEMESTRAL	ANUAL		PERÍODO ACADÊM.	PERÍODO LETIVO
1	X	X		X	4	8
2	X		X	X	4	8
3	X	X		X	3	6

Ilustração VI. Dinâmica curricular

Do ponto de vista da dinâmica curricular, a organização e documentação

didática parecem suficientes, certamente a melhor qualificação se dá no curso

enquanto em processo. Nenhum dos cursos teve seu processo interrompido desde a sua criação, e alguns deles já receberam mais alunos do que a proposição inicial, o que pode indicar a sua viabilização sem maiores bloqueios.

4.7. O Curso de Enfermagem identifica o corpo docente de que dispõe para formação de enfermeiros?

Há um total de 51 docentes nos 3 cursos mais recentes de região Centro-Oeste, 48 enfermeiras e 3 enfermeiros.

Quanto à idade dos docentes, há uma variação de 25 a 55 anos distribuídos nos seguintes intervalos:

Universidade 1 — 50% entre 30-40 anos; 50% mais de 40 anos.

Universidade 2 — não respondeu.

Universidade 3 — 25 a 35 anos.

A titulação apresentada pelos docentes na região foram: 1 só com Graduação; 5 com Habilitação (2 deles cursando Pós-Graduação); 40 com Especialização (2 em fase de defesa de Mestrado, 1 cursando os créditos teóricos de Mestrado, 3 cursando Pós-Graduação); 2 Mestrado; 1 com Doutorado; 2 com Livre-Docência.

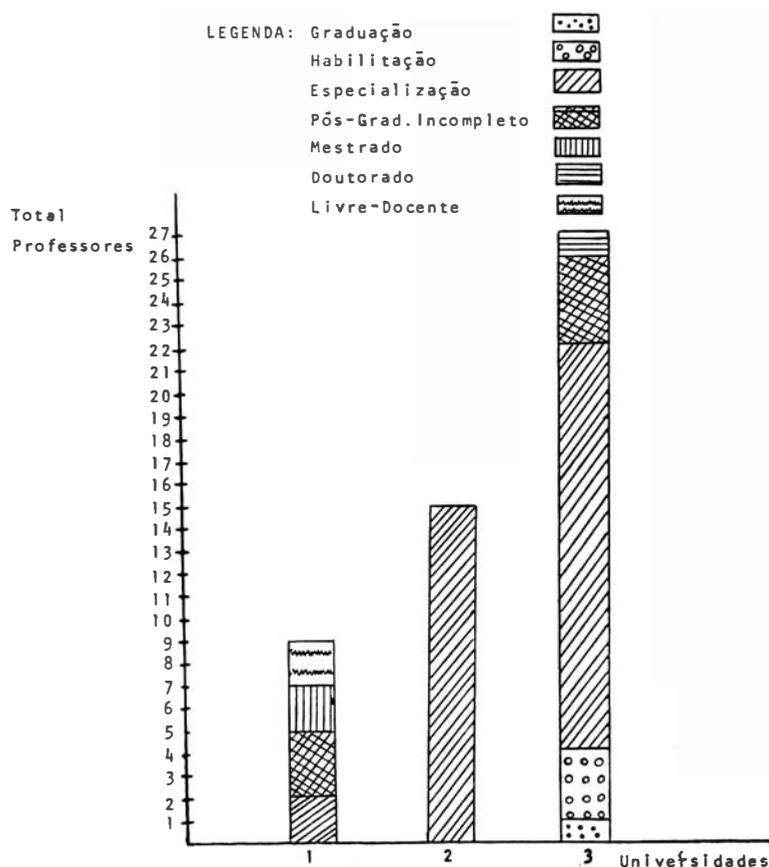


Ilustração VII. Docentes por titulação, por Curso Região Centro-Oeste - 1981.

A distribuição de horas de atividades dos docentes nas instituições examinadas varia da seguinte forma:

Curso 1 — O total de horas foi distribuído em atividades administrativas, de pesquisa, didáticas e outros (sem especificação).

Curso 2 — A carga horária docente está concentrada em atividades didáticas e um mínimo para outras atividades (sem especificação).

Curso 3 — A carga horária docente foi distribuída entre atividades administrativas, didáticas e outros (sem especificação).

Todos os cursos informaram a existência de previsão inicial para contratação de certo número de docentes-enfermeiros e que seus quadros não estão

completos, segundo essa previsão. Observa-se que todos os cursos já foram reconhecidos oficialmente e já formaram mais de uma turma de enfermeiros e, nesse caso, é preciso fazer uma revisão deste aspecto para ajustar previsão com a situação do curso já consolidado.

Dois dos cursos examinados têm dentro de seus planos de desenvolvimento a capacitação de seus docentes-enfermeiros no sistema forma de pós-graduação. Um dos cursos apenas não mencionou qualquer plano de capacitação docente.

Quanto à produção de pesquisa, somente um curso explicou suas linhas de pesquisa em enfermagem, contando, atualmente, com um total de 14 pesquisas produzidas das quais 5 já publicadas, 2 pesquisas realizadas e ainda não publicadas e 7 pesquisas em andamento, com um projeto multidisciplinar aprovado e apoiado pelo CNPq. Nesta instituição é exigida pós-graduação (Mestrado ou Doutorado) para contratação, é também exigida atividade de pesquisa de todos os docentes.

Universidade	Atividades			
	Administrativa	Pesquisa	Didática	Outros
1	+	++	+++	+
2	-	-	++++	++
3	++	-	++++	+++

Ilustração VIII. Corpo docente/atividades

4.8. O Curso de Enfermagem prevê condições e requisitos para o seu Corpo Docente?

Quanto ao número de opções no exame vestibular, uma possibilita opção única à outra, 3 opções; e uma deixou de responder a esta questão.

Isto significa que dos 3 cursos, um deles recebe o aluno com possibilidade de ser de primeira, de segunda ou de terceira opção; enquanto outro recebe alunos de única opção. Embora essa re-

lação seja de grande variação, teoricamente se admite que a opção única indica que se recebe alunos com mais aptidão para a formação em enfermeiros. Isto passa a ser problema também quando a classificação em número de pontos é feita somente com candidatos à Enfermagem. O maior número de pontos pode ser abaixo de alunos classificados para outras áreas opcionais da Universidade.

Há uma tendência atual do aluno em fazer a opção pensando apenas em

entrar para a Universidade, tornando discutível a decisão pela escolha do curso.

Ainda com essas observações, pode-se notar que, em todos os 3 cursos, após a confirmação da opção pela Enfermagem, os alunos têm recebido apoio de docentes-enfermeiros (orientadores-acadêmicos) o que significa maior nível de informação e até mesmo uma tentativa de analisar o ritmo próprio de cada aluno no sentido do número e complexidade de disciplinas a ser cursado por eles em cada período.

Os 3 cursos examinados compõem a oferta de graduação em enfermagem na região Centro-Oeste com aproximadamente 120 vagas anuais desde 1976. Do número de formados pode-se destacar que tem havido retenção de alunos principalmente no ciclo básico. Mesmo contando com dados insuficientes, há indicações de grande mobilização na região Centro-Oeste, de alunos do curso de Enfermagem para outros cursos, e de outros cursos transferidos para o curso de Enfermagem, notadamente em

Brasília, dada a sua característica de capital federal e de grande mobilidade dos funcionários que têm universitários na família.

Em todos os cursos examinados apenas um ainda não utiliza efetivamente a representação discente nos seus colegiados. Resta buscar seu significado, visto que esta é uma participação altamente desejável, se o interessado progresso do curso é intenção clara dos corpos docente e discente desse curso. Entretanto, este item foi buscado, no geral, como um componente vitalizador da capacidade resolutive de cada curso; mas este dado indicou certo grau de dificuldade na congruência necessária num determinado processo como o de ensino-aprendizagem de Enfermagem.

4.9. O Curso de Enfermagem descreve área física e instalações mínimas para o seu funcionamento regular?

Dos dados levantados nas 3 instituições verificou-se que a característica geral é a de uso de áreas físicas comuns a outros cursos da Universidade.

UNIVERSIDADE	SALA AULA	LABORATÓRIO	AUDITÓRIO	SECRETARIA	SALAS CENTES	DO ALMOXARIFE	VESTUÁRIO	SANITÁRIO	ÁREA CENTE	DISCIPLINA	CANALIZAÇÃO	ÁREA DEFINITIVA	PROVISÓRIA
1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2	X	X	-	X	X	X	X	X	-	X	-	-	-
3	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

As áreas mencionadas foram consideradas como definidas (não provisórias).

Todos os 3 cursos possuem laboratórios específicos de Enfermagem. Esta é uma aquisição até certo ponto discutível enquanto área imprescindível ao funcionamento do curso. O que retrata, de modo geral a situação atual é que tais laboratórios são cópias de unidades de internação, o que, de certo modo, re-

presenta também as atividades mais comuns até então realizadas pelos alunos nos cursos de Graduação. A intensidade de uso do laboratório varia de acordo com a necessidade de aprendizagem dos alunos, segundo a indicação das respostas.

Em suma, quanto à área física, acomodações mínimas para o funcionamento do curso de Enfermagem, todos os respondentes dizem ter, quer sejam es-

pecíficas ou de uso comum com outros cursos.

4.10. O Curso de Enfermagem conta com biblioteca suficiente para o ensino na área de saúde e há suficiente acervo especificamente para o funcionamento de programas do curso de Enfermagem?

As respostas indicam que existe suficiência de material nas suas bibliotecas centralizadas (não específicas para enfermagem).

Todos os 3 cursos pesquisados possuem assinaturas de revistas de Enfermagem nacionais e, apenas um deles possui assinatura de revistas internacionais de Enfermagem.

O fato de os cursos contarem apenas com publicações nacionais não é um indicador de suficiência, uma vez que se conta com um mínimo dessas publicações na área de Enfermagem. Por outro lado, verificou-se pelas respostas ao instrumento de coleta de dados, que os cursos têm sido atendidos em seus pedidos de novas aquisições o que nos leva a supor certa dificuldade dos que pedem, quer por desconhecimento do processo de aquisição da literatura internacional, quer por outra razão ainda não muito clara.

Quanto ao horário de funcionamento de bibliotecas, verificou-se que os cursos da região Centro-Oeste têm maiores oportunidades do que os outros. Isto pelo fato de que dois desses cursos utilizam-se de bibliotecas que funcionam inclusive aos sábados, domingos, feriados e no período da noite até as 23 horas. Sem dúvida, para a Enfermagem que utiliza, quase sempre, o regime de curso em tempo integral, este também é um fator facilitador de qualidade para a busca de referencial teórico de alunos e professores.

4.11. O Curso de Enfermagem dispõe de recursos instrucionais audiovisuais para seu desenvolvimento curricular?

Verificou-se que apenas numa instituição oferece-se o recurso de sistema de TV-Circuito fechado e computador e mesmo assim ainda não é utilizado pelo curso de Enfermagem, ainda que seja por outros cursos de Ciências da Saúde.

Duas das instituições dizem ter material audiovisual não específico de Enfermagem, sendo que uma delas o utiliza, e outra não respondeu à questão, somente um dos cursos possui material específico de Enfermagem, o qual é efetivamente utilizado.

Todos os 3 cursos possuem laboratórios de ensino específicos. Dois deles dizem fazer uso efetivo dos mesmos, e um não respondeu a esta parte da questão.

Sendo os recursos instrucionais um meio que favorece o desenvolvimento das estratégias em relação ao ensino-aprendizagem e facilitam e dinamizam a aprendizagem, nos parece que a sua utilização pelos cursos de Enfermagem da região, sejam eles de uso comum aos cursos ou específicos da Enfermagem, é um fator positivo para a evolução destes cursos. A maior ou menor dificuldade em se utilizar do recurso mais sofisticado, quando o possui, pode estar ligada ao despreparo nesses aspectos de uso de tecnologia educacional.

4.12. O Curso de Enfermagem documenta sua articulação com os campos de prática assegurando a formação polivalente dos enfermeiros.

Os 3 cursos informaram considerar campos de prática obrigatórios: unidade sanitária (Postos e Centros de Saúde), hospitais gerais e especializados, maternidades, ambulatórios gerais e de

saúde mental, escolas de 1.º e 2.º graus, áreas delimitadas como grupos comunitários.

Os documentos que consolidam a prática de ensino citado foram: Ofícios prévios a cada época de utilização do campo prático (de modo geral).

Dois cursos mantêm convênios com campos de prática. Em um dos casos a instituição possui hospital próprio além de uma Unidade de Psiquiatria e em outro caso há um convênio geral com todos os campos de prática.

Todos os cursos possuem algum documento que assegura o campo de prática para o ensino seja sob forma de ofício emergencial, convênio ou acordo. Trata-se de um requisito importante, uma vez que os campos de prática onde se desenvolvem as atividades do estudante são essenciais para a formação do enfermeiro e estudante, professores e pessoal de serviço intervêm nas mesmas situações de assistência a clientes. O que se verifica ainda em relação a este item é que todos os cursos indicam a diversificação de campos de prática do estudante abrangendo desde instituições de ensino de 1.º e 2.º graus, hospitais gerais e especializados, ambulatórios gerais e de saúde mental até centros de saúde, parecendo que a tendência é a formação do enfermeiro polivalente na região Centro-Oeste.

5. RESULTADOS OBTIDOS E “PADRÃO DOS CURSOS DE ENFERMAGEM-75”

Os 3 cursos, quando examinados frente ao “Padrão de cursos de enfermagem — Esboço da Situação em 1975”, indicaram que quanto às características físicas, não guardam correspondência com a organização tradicionalmente utilizada pela maioria dos cursos antes existentes, o que não significa uma impropriedade para estes cursos mais recentes, mesmo porque todos dispõem de

áreas físicas suficientes, ainda que não particularizada, para o seu funcionamento.

Quanto a laboratórios específicos de Enfermagem, a situação da região Centro-Oeste, atualmente, é semelhante ao “Padrão-75” mesmo quando se sabe quão questionável pode ser a utilização desses laboratórios tradicionais nos cursos de Enfermagem.

No que diz respeito à biblioteca, a região Centro-Oeste oferece maior tempo de funcionamento principalmente por manter aberta a biblioteca inclusive aos sábados, domingos e feriados. Entretanto, o acervo relativo a periódicos internacionais se constitui numa limitação, ainda que uma delas os contenha. Em termos quantitativos está conforme o indicado no “Padrão-75”. Ademais, estes cursos tendem a progredir, pois as solicitações anuais feitas pelos docentes-enfermeiros têm sido atendidas, segundo suas declarações.

Quanto ao “Padrão-75”, relativo a pessoal discente, o afastamento dos cursos da região Centro-Oeste não é tão grande, o que mais se afasta é o componente denominado percentual de reprovação ou desistência no ato da matrícula. Este componente na região Centro-Oeste tem sido bem maior.

Quanto ao padrão do pessoal docente, em relação ao número de enfermeiros apenas graduados, a situação da região Centro-Oeste se afasta de modo positivo, isto é, os cursos têm em seus docentes a qualificação maior que o título de graduado (enfermeiro), entretanto, persiste a concentração de qualificação a nível de “pós-graduação sem tese”, ou seja, pós-graduação *lato sensu*, mais especificamente, aperfeiçoamento ou especialização. A pós-graduação *stricto sensu* entre docentes enfermeiros na região Centro-Oeste só ocorre, mais expressivamente, em um dos cursos. Este aspecto deve ser trata-

do com a devida adequação. A relação esperada entre titulação obtida em Mestrado ou Doutorado e produção de pesquisa dos docentes deve ser positiva. Mas será que essa relação, teoricamente suposta como efetiva, é a única que traduz expectativa à produção de pesquisa na área de Enfermagem? Se a pós-graduação for considerada um meio, certamente a produção de pesquisas será o fim. Isto não se tem comportado desse modo na área de Enfermagem.

Em técnicas e recursos de ensino, o "Padrão-75" não difere do atual verificado na região Centro-Oeste, à exceção de um dos cursos que dispõe da oportunidade de utilização de alguns meios mais sofisticados, caso se disponha à capacitação docente para planejar e implementar o seu uso em Enfermagem.

Observa-se que, de modo geral, o padrão de qualidade nos cursos mais recentemente criados não difere daquele "Padrão-75", referidos os cursos mais antigos. A vantagem dos cursos mais recentes é que os mesmos têm sido atendidos em suas solicitações com certa prioridade, porque, em sua maioria, ainda vêm sendo tratados como exceção. Por outro lado, o tratamento como exceção também pode significar a desvantagem de atendimento de solicitações apenas emergenciais mais imediatistas, descurando-se um tanto da consolidação do curso, por falta de medidas mais definitórias, mais constantes. Uma outra possibilidade dos cursos mais recentes tem sido a facilidade de acesso pela menor formalidade e menores entraves burocráticos, decorrentes da fase de estruturação por que passaram até então. Por sua vez, os cursos mais tradicionais que já venceram essa fase, estão em etapa de ganhos mais lentos, porém, quase sempre, mais solidificados. As lutas de todos os cursos são as mesmas. Elas deverão ser motivo de encontros

regionais para a organização de planos de trabalho mais vigorosos em busca de uma qualidade infinita para os mesmos.

As diferenças entre o acesso menos sinuoso com medidas emergenciais e o acesso mais complexo com medidas mais solidificadas, deve representar uma unidade de estudo a ser referida nos planos de trabalho conjuntos em favor da qualificação de todos os cursos de Enfermagem.

No momento, a diferença de qualidade suposta entre cursos recentes e cursos mais antigos não se revelou, pelo menos diante dos indicadores examinados.

Resta o interesse de agrupar os cursos em estudos regionais de qualidade dos mesmos diluindo a referência de caracterizá-los tão somente como cursos novos e antigos e concentrando-se no interesse de luta comum pela qualidade e adequação da formação de novos enfermeiros ao compromisso social com a população, e dos enfermeiros, tanto docentes como os de Serviços de Saúde, na capacitação científica aceitável para o momento em que vivemos.

6. ALGUMAS CONCLUSÕES E EXPECTATIVAS

Dentre os pontos críticos levantados, a situação dos cursos da região Centro-Oeste evidencia menos aspectos limitadores que o exame da situação dos cursos até 1975, a consolidação qualitativa desses cursos tem sido mais motivo de atenção que o interesse quantitativo demonstrado no ensino de modo geral até bem pouco tempo.

As instituições de ensino superior que mantêm os referidos cursos de Enfermagem têm atentado para as colocações desses cursos empenhados na sua evolução, ainda que, quase sempre, os refira entre os cursos menores. Por sua vez, a capacidade resolutiva desses cursos depende agora da disposição dos do-

centes-enfermeiros utilizarem-se da sua própria visão de igualdade a seus pares nas instituições a que pertencem.

Muitos dos aspectos que podem impor certas restrições ao pleno desenvolvimento destes cursos estão ligados a esse posicionamento. O isolamento de cada um destes cursos pode ser uma séria de restrição do desenvolvimento das condições de ensino de enfermagem na região Centro-Oeste. A visão pluralista de assistência de enfermagem é ponto comum em todos os cursos examinados. A capacidade de produção de pesquisas não tem sido evidenciada como aspecto comum em todos os cursos.

Os docentes-enfermeiros, de modo geral, nesses cursos, se ocupam tão-somente de aulas em classe e supervisão da prática de alunos em serviços de saúde. Com isso deixam de ser vistas em sua plena capacidade esperada de todos os docentes de nível superior.

As atividades de pesquisa e de extensão que atribuíram a competência científica mais plena não tem sido revelada com a evidência desejada. Por sua vez, a reunião desses cursos em estudos e pesquisas de interesse comum e legadas às diretrizes da Ciência e Tecnologia de nosso tempo poderiam construir um alto senso regional de enfermagem no Centro-Oeste e de posse desta identidade surgiria a capacidade de intercâmbio científico com outras regiões do país, e certamente vitalizaria as relações de cooperação internacional nesse campo.

Desde a implantação da Lei do Sis-

tema Nacional de Saúde até os dias de hoje os cursos de Enfermagem não deram contribuição maior ao atendimento de implementação do sistema do ponto de vista da enfermagem.

A proposta esteve com os enfermeiros enquanto interpretação da lei, mas não chegou ainda a influenciar a operação curricular a qual continua com o seu ponto central na Unidade de Inter-nação.

As funções e o papel dos enfermeiros em serviços básicos de saúde, por exemplo, somente agora vem sendo motivo de indicação em documentos. Esta prática ainda não é manifesta a não ser em casos raros, portanto em experiências isoladas. Não é por falta de posição igual na organização, não é por falta de docentes-enfermeiros à frente dos cursos específicos de Enfermagem, não é por falta de área física e nem mesmo por ausência de representação nos colegiados deliberativos. Porque não identificar em conjunto outras variáveis que têm influenciado o nível de progresso destes cursos. Se compará-los com um passado muito distante correremos o risco de nos imaginar muito desenvolvidos em produção de número de formados, número de alunos, número de docentes, mas falta repensar o destino e a concepção do ensino-aprendizagem e do que é a enfermagem para hoje.

Repensar ainda o espaço que temos que ocupar na contribuição científica e o desempenho além do que os outros esperam de nós no caminho do assistir à população.

B I B L I O G R A F I A

1. DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS UNIVERSITÁRIOS. Ministério da Educação e Cultura. *Desenvolvimento do Ensino superior de enfermagem no Brasil*. Brasília, 1979.
2. GSS/DAU/MEC — *Requisitos mínimos para cursos de Enfermagem de nível superior*. (Documento mimeografado), 1978.
3. Situação de Enfermagem — 1975. (Documento elaborado em 1975 por solicitação do DAU/MEC pelas docentes-enfermeiras: Maria Rosa de Souza Pinheiro, Maria Dolores Lins de Andrade e Maria Nilda Andrade, designadas pelas portarias número 134/75, 138/75, 149/75 do Senhor Diretor-Geral do DAU).